

1912: O ANO EM QUE A PESTE BUBÔNICA ATINGIU CAMPINA GRANDE E AMEDRONTOU A CIDADE DA PARAHYBA¹⁴⁵

Lenilde Duarte de Sá¹⁴⁶
Ana Maria Canesqui¹⁴⁷

Esse texto, escrito com o objetivo de narrar evolução da epidemia de peste bubônica na cidade de Campina Grande no ano de 1912, foi elaborado com a ajuda de artigos divulgados em jornais que circularam na cidade da Parahyba entre os meses de agosto e novembro do referido ano. Esses jornais, em sua maioria, foram encontrados no Arquivo de Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e no Arquivo da Cúria Metropolitana. Informamos ao leitor que as citações distribuídas ao longo do texto, são apresentadas respeitando a grafia da época. Esperamos, com esse trabalho, disponibilizar informações sobre o primeiro surto de peste bubônica de que se tem registro no século XX em uma cidade paraibana, bem como mostrar como a mais negra das pestes atemorizou as autoridades sanitárias da capital. Observemos:

*J.I.: - Nós devemos receiar que a bubônica
queira invadir esta Capital?*

*T.V.: - Nem é bom pensar nisto. Será uma
invasão mais bárbara talvez que a dos
cangaceiros!*

*Entrevista do Dr. Teixeira de Vasconcelos
ao Jornal A Imprensa¹⁴⁸*

Para o Dr. Teixeira de Vasconcelos, médico responsável pela Diretoria de Higiene, a invasão da Parahyba,¹⁴⁹ seria uma barbárie. Algo pior, segundo ele, do que a invasão da cidade pelos cangaceiros.

¹⁴⁵ Texto extraído de tese de doutorado. SÁ, Lenilde Duarte. *Parahyba: Uma cidade entre miasmas e micróbios*. O serviço de higiene pública, 1895 a 1918. Ribeirão Preto-SP, 1999. 291 p. Tese (doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. EERP/USP.

¹⁴⁶ Profa. do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública e Psiquiatria da Universidade Federal da Paraíba.

¹⁴⁷ Profa. Livre-docente da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas – UNICAMP. Orientadora do trabalho de tese.

¹⁴⁸ A bubônica em Campina Grande. Tellegrammas. *A Imprensa*, Parahyba, s.n., p.1, 14 out. 1912.

¹⁴⁹ Parahyba, assim era conhecida a capital da Paraíba até 1930.

Se ao médico da época a presença da peste era vista como uma catástrofe, imaginemos o medo sentido pela população em geral!

Em 1912, irrompeu em Campina Grande, cidade paraibana que, na década de 1910, se destacava nacionalmente pela produção algodoeira, a ameaça de uma epidemia de peste bubônica. Os jornais circulantes na capital traziam, expressos em seus artigos, o temor da Parahyba ser assolada pela mais temível das pestes. A exemplo do que já tinha sido visto em outras cidades portuárias, como em Santos em 1889, Recife em 1902 e Rio de Janeiro em 1905, podemos suspeitar que a população da cidade da Parahyba vivia uma amedrontada espera pela chegada da bubônica.

A bubônica, que era uma moléstia que sempre estivera presente no imaginário do medo em todos os povos e épocas, ganhava foros de especificidade na cidade da Parahyba, pois, ao que se dizia, não existia em Campina Grande um serviço de higiene aparelhado que impedisse a saída da peste para a capital. Além do mais, o tráfego dos comboios da *Great Western* era diário entre a cidade da Borborema e o litoral. Campina Grande, situada entre o litoral e o sertão, limiava o destino do mal. De lá, a peste, segundo o discurso daqueles que diariamente escreviam sobre o tema, poderia alastrar-se aos municípios do interior; ou então, poderia marchar em direção à cidade da Parahyba.

Quatro anos antes, em 1908, dada a presença da peste bubônica na capital do Maranhão, o médico Flávio Maroja, com os poucos recursos da Inspetoria de Saúde do Porto, pela qual era responsável, alegando tentar proteger a população da cidade, sobre a qual pesava a *Espada de Dâmocles*, procurou a chefia do serviço de higiene do Recife a fim de conhecer as medidas profiláticas, principalmente aquelas realizadas durante o surto de 1902.¹⁵⁰ Mas, se surgiu algum caso de peste bubônica a Parahyba naquele ano, tal fato desconhecemos. Provavelmente nenhum caso aqui ocorreu, pois, dado o pavor medieval da doença, nenhum jornal circulante tratou de denunciar sua presença. No próprio Livro de Assentamento de Óbitos

¹⁵⁰ A Peste Bubônica . O Norte, Parahyba, n. 1272 p. 1, 10 Out. 1908. Possivelmente, o que levou o inspetor de saúde do porto da Parahyba buscar o reconhecimento de medidas profiláticas em Recife, residiu no fato daquela capital ter sido acometida de peste bubônica no ano de 1902. A esse respeito, recomendamos a leitura de FREITAS, O. *Os nossos médicos e a nossa medicina*. Recife, 1904. (Biblioteca do Núcleo de História da Saúde – Centro de Filosofia Ciências Humanas/Universidade Federal de Pernambuco)

da Santa Casa de Misericórdia não foi registrado nenhuma morte por peste no ano de 1908.

Mas, o ano de 1912 convertera a peste em Campina Grande, de uma ameaça, a uma realidade próxima. ... *é a peste a um dia de viagem desta capital*, assim dizia o diretor do Serviço de Higiene. Ademais, digamos que a possibilidade do contágio da mais temível doença tivesse razão de ser. Em primeiro lugar, a peste, que já estivera presente em Recife nos passados e próximos meses de março a abril do referido ano, poderia muito facilmente chegar à capital dada a comunicação entre os dois portos. Do Recife, cogitava-se, talvez tivesse vindo a peste para Campina Grande, uma vez que eram intensas as atividades comerciais entre as duas cidades. Se a peste não viera de navio à capital, poderia agora vir de trem. O bacilo ou, quem sabe, os ratos poderiam pegar a *Great Western* e invadir a capital. E, uma vez nesta, encontraria excelente pousada, pois as condições de asseio das ruas eram das mais precárias. Isso sem falar que a recém criada Diretoria de Higiene não dispunha dos recursos materiais e humanos suficientes para debelar uma possível epidemia de *peste negra*.

Em agosto daquele ano, correram boatos de que a bubônica encontrava-se em Campina Grande. O correspondente local do jornal *A Imprensa*, no dia 26 desse mês, acostumado à rotina endêmica das febres, tratou de desfazer os “boatos” dizendo: “*O que tem aparecido aqui são as febres de máo carater, devido a immundicie no perímetro da cidade*”.¹⁵¹

Apenas no dia 3 de outubro, passado mais de um mês, é que se ficou sabendo que a peste na cidade da Borborema não se reduzira a boatos. Naquele dia, na primeira página do jornal *A Imprensa*, lia-se a manchete: UMA CALAMIDADE IMMINENTE. A BUBONICA EM CAMPINA GRANDE.¹⁵² E a peste, que então já era de domínio público, passava a atestar a pouca responsabilidade pública. Em Campina Grande, até aquela data, enumeravam-se dezesseis casos, sendo que nove pessoas já haviam morrido pela moléstia.

Em face do aparecimento dos “boatos”, tratou o Presidente do estado, o médico João Machado de empreender a tímida e tão costumeira medida de comissionar dois médicos para verificar os

¹⁵¹ Notas e notícias. Sobre a peste bubonica em Campina Grande. *A Imprensa*, Parahyba, n.4, p. 2, 26 ago. 1912.

¹⁵² Uma calamidade Imminente. A bubônica em Campina Grande. A entrevista o os tallegrammas d'*A Imprensa*. *A Imprensa*, Parahyba, n. 15, p.2, 3 out. 1912.

casos suspeitos em Campina Grande. Encenando um caráter campanhista, subiram a serra, no dia 28 de agosto, os doutores Teixeira de Vasconcellos, diretor da imberbe Diretoria de Higiene Pública, e Octávio Soares, médico da mesma repartição. Essa comissão voltou à capital no dia 30 (do mesmo mês!), fato que levou a imprensa a questionar sobre a sua atuação. O que poderiam ter feito os dois médicos, diante de tal pavorosa ameaça, em apenas um dia? Onde andaria o relatório que até outubro a comissão não tivera o trabalho de apresentar ao governo para que pudesse publicar nos jornais locais e, assim, esclarecer as poucas pessoas que sabiam ler? Desde que a comissão de “1 dia” voltara de Campina Grande, já se sabia que ali havia se instalado a bubônica. É o que diz o próprio Diretor de Higiene da época:

Quando voltei de Campina Grande, trazia esta convicção e agora que chegam aqui informações particulares é verdade, mas de pessoas de todo o credito, eu não posso deixar de acreditar na existencia da peste. Quando commissionedos em Campina Grande, eu e o dr. Octavio Soares observamos que os doentes apresentavam todos os syntomas da bubonica: febre alta, delirio, dores pelo corpo e finalmente os bulbões. Antes de apparecer o primeiro caso verificou-se a epizootia, a mortandade dos ratos – signal evidente de uma bubonica. Appareceu grande quantidade de ratos mortos nos armazens de algodão dos Snrs. Zumba Monteiro, João Vieira e F.H. Vergara e C^a e na propria casa do Snr. Augusto de Brito Lyra – que foi a primeira victima. Um empregado desses armazens, logo depois que retirou os ratos mortos, foi accometido do mal e morreu. Já há noticia de 16 casos, sendo 9 fataes. Os medicos dr. Gondim e dr. Chateaubriand não tem duvida sobre a existencia da bubonica em Campina Grande. Infelizmente a terrivel peste só comparavel ao cholera- morbus, poude pela primeira vez penetrar na Parahyba. Será uma

*calamidade para todos se ella se estender a outras localidades.*¹⁵³

A presença da peste bubônica revelava a fragilidade do serviço de higiene no estado. Reduzia parcialmente a *letras de lei* as determinações do Decreto n. 494, de 8 de Junho de 1911, e mostrava que o incipiente serviço de higiene estava restrito à cidade da Parahyba, por sua vez dependente da Capital da República. A entrevista concedida, à época, pelo diretor da *Repartição de Hygiene* é ilustrativa, neste sentido. Segundo o Dr. Teixeira de Vasconcelos, quando chegou em Campina Grande juntamente com Octavio Soares, as medidas tomadas restringiram-se a isolar os doentes e fazer a *desinfecção das ruas onde se davam os casos de doença desconhecida*. E, tão logo suspeitaram ser realmente peste bubônica, solicitaram ao Rio de Janeiro a remessa de 100 (cem) tubos de *serum anti-pestoso*.

Embora o soro tivesse chegado à capital e remetidas 50 (cinquenta) unidades a Campina Grande, desconhecia o Diretor a sua aplicação. Mas, o que seriam 50 (cinquenta) tubos de *serum anti-pestoso* para prevenir a peste numa população local de 10.000 habitantes, vivendo em condições insalubres e ilhada por depósitos de algodão? O que seria dessa população quando nem sequer, contrariando o Art.4º, do Capítulo I do Decreto n. 494,¹⁵⁴ havia a presença de um delegado de higiene em Campina Grande? É o que fica patente em um trecho da entrevista que o Dr. Teixeira de Vasconcelos concedeu ao jornal *A Imprensa*:

J.I.- O Delegado de hygiene em Campina Grande é o dr. Chateubriand Bandeira de Mello?

T.V.- O dr. Chateubriand já exerceu esse cargo ali.

J.I.- Hoje deve ser o dr. José Evaristo da Costa Gondim.

T.V. – Não me consta que o Dr. Costa Gondim seja o delegado de hygiene ali.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 2.

¹⁵⁴ Decreto nº 494 de 8 de junho de 1911. Organiza a repartição de Hygiene Pública do Estado. Capítulo I Art. 4º: *Para a boa distribuição do serviço de hygiene fica o território do Estado dividido em cinco distritos: § 1º (...)* o terceiro districto tendo sede em Campina Grande, e administrado por um delegado de hygiene, será constituído pelos municipios de Umbuzeiro, Cabaceiras, São João do Cariri, Taperoá, Pichuy, e Alagôa de Monteiro.

J.I. – *Compreendo dr. . Não há delegado de higiene em Campina Grande.*¹⁵⁵

A *Delegacia de Higiene* encontrava-se acéfala na sede do terceiro distrito¹⁵⁶ e o descaso para com os serviços públicos se pronunciava na falta de medidas mais enfáticas. Utilizando os termos da época, tratava-se de medidas de *profilaxia agressiva*, que deveriam ser executadas entre o final do mês de agosto e início do mês de outubro.

Ne início de outubro, apenas com a divulgação de 16 (dezesseis) pessoas acometidas, a morte de mais nove e várias pessoas doentes, é que se volta, publicamente, a tomar providências. Data do dia dois daquele mês a ida de uma nova comissão (2 médicos) a Campina Grande. Para lá seguiram Seixas Maia e Lemos Júnior, comissionados pelo Governo e com ordens deste para empregar, com requintes de retórica, *todos os meios tendentes a debellar o terrível mal*.

Mesmo assim, até o dia oito do mesmo mês, não se flagram medidas rudimentares como *isolamento* dos doentes e *desinfecção* dos carros da *Great Western*. Um artigo assinado por Dr. Paulo Afonso eximia a responsabilidade dos médicos comissionados, pois, segundo ele, os médicos em Campina Grande estavam realizando o seu dever, ou seja, vacinando a população. Eles já tinham, inclusive, mediante inquérito, ordenado a retirada do lixo dos quintais e a desinfecção dos prédios da cidade, mas essas medidas não eram levadas em consideração. Mesmo assim protestava contra a situação de calamidade iminente, pois, desse modo dizia agir como um patriota que temia a invasão do mal em todo o estado, e esperava que os políticos de Campina Grande não vissem a sua manifestação vinculada a algum propósito que indicasse a queda de Sr. Lauritzen ou a ascensão do Sr. Afonso Campos. Pelo visto, o surto da peste havia extrapolado a questão médica e invadia a esfera dos representantes oligarcas locais.

Nas notícias que se enviava à capital, constava a informação de que a peste bubônica em Campina Grande era de *caráter benigno!* Mas, as mortes ocorridas e os diversos casos contrariavam a *benevolência* da peste. A população da cidade da Parahyba, antes de

¹⁵⁵ *J.I. (Jornal A Imprensa), T. V. (Teixeira de Vasconcellos). Uma calamidade Imminente. A bubônica em Campina Grande. A entrevista o os tellegrammas d'A Imprensa. A Imprensa, Parahyba, n. 15, p.2, 3 out 1912

¹⁵⁶ Campina Grande sediava o terceiro distrito sanitário

tranqüilizar-se, vendo que nenhuma providência era tomada e temendo a invasão incontrolável da peste, solicitava a interdição do tráfego da *Great Western* e a desinfecção dos comboios que partissem de Campina Grande. O jornal *A Imprensa*, ativo na divulgação cotidiana do surto, suplicava aos médicos da Diretoria de Higiene uma maior atuação da polícia sanitária frente às habitações que julgavam insalubres e ameaçadoras. A exemplo:

*Existe na rua 13 de maio, um quarteirão chamado dos sete quartos pelas sete espeluncas lá existentes. Do quintal d'estes quartos, sem aparelho nem outra sorte de acomodações sanitarias, desprendem um mau cheiro insuportavel, toda sorte de detritos e porcarias accumuladas. É este um facto digno das visitas rigorosas da Hygiene, pelo estado sanitário de nossa cidade, que não é dos melhores e pela vizinhança de terriveis pestes cujos microbios não desdenharão, de certo, a petisqueira da immundicie como esta de que falamos.*¹⁵⁷

Os jornais da época não divulgaram medidas preventivas tomadas pelos setores públicos, como a Prefeitura, a Diretoria de Higiene e a o Serviço de Saúde do Porto. Face à iminência da peste e à possibilidade desta estender-se à capital, Teixeira de Vasconcellos, visando esclarecer e prevenir a população encaminhou ao jornal *A União*, um artigo em que se limitava a dar conselhos que, provavelmente, poucos tiveram a oportunidade de ler e muito menos ainda os que teriam condições de segui-los. Na sua opinião, três seriam os princípios fundamentais para evitar a peste:

*isolar-se dos veículos de contágio, destruir os elementos que possam concorrer para o desenvolvimento de germen e fazer o saneamento das habitações.*¹⁵⁸

Pelo visto, o diretor de higiene repassava à população a responsabilidade do poder público. As suas prescrições representavam o pensamento médico pré-pasteuriano, recomendando que a população mantivesse uma vida regrada, sem vícios, evitasse o contato com produtos advindos dos doentes e repelisse o convívio com ratos,

¹⁵⁷ Com a Repartição de Hygiene. *A Imprensa*, Parahyba, s.n., p. 2, 21 nov. 1912.

¹⁵⁸ VASCONCELOS, T. Directoria Geral de Hygiene. Precauções contra a peste bubônica. *A União*, Parahyba, n.188, s.p., 8 out.1912.

pulgas e outros. Bem sabemos que ficaria difícil para a população evitar o contágio, pois os vagões da *Great Western* que chegavam à Parahyba não estavam sofrendo o mais rudimentar serviço de desinfecção.

O referido médico também aconselhava banhos diários e a fervura da água. Pelo que sabemos, um dos principais problemas da capital era justamente a água. Inexistiam por completo serviços de esgoto. O Dr. Flávio Maroja, por sua vez, responsável pela saúde dos portos, limitou-se a escrever sobre a peste sob o enfoque da teoria pasteuriana emergente, pontuando aspectos etiológicos, epidemiológicos e microbiológicos.

Dos responsáveis pelo Serviço de Higiene Pública na Parahyba, foram essas as únicas manifestações encontradas. Atrelados como estavam à patronagem das oligarquias dominantes e que, naquele momento, disputavam o poder do estado, é bem provável que agir de forma reticente fosse a melhor maneira de não ter ameaçados os seus interesses.

A questão da peste estendia-se para além das medidas de higiene que, utópica ou rudimentarmente, viessem a ser tomadas e invadia o espaço político das oligarquias do Estado. O surto da moléstia deu-se paralelamente à transição do poder da oligarquia de base familiar Machado-Leal para a elite oligárquica Neiva-Pessoa-Lucena. Em Campina Grande, um dos chefes políticos locais era o comerciante Cristiano Lauritzen, politicamente atrelado ao grupo liderado por Epiácio Pessoa.¹⁵⁹

Por mais que os jornais gritassem providências ao governo, fazendo-se porta-vozes de uma população alarmada, as débeis medidas tomadas por este são incontestes. Prova disso é que o jornal *A União*, órgão oficial do governo, muito pouco caso faz da situação, estando muito mais preocupado em noticiar a crítica passagem do Governo de João Machado a Castro Pinto.

Mais uma prova de pouco caso foi a notícia de que a população de Campina Grande mandara contratar Dr. Octavio de

¹⁵⁹ O ano de 1912 é marcadamente peculiar na história do Estado da Parahyba. Naquele ano, chegaria ao fim os 20 anos da oligarquia Machado-Leal, coincidindo com os propósitos de Hermes da Fonseca, o reconhecido promotor das chamadas *salvações* dos Estados do Norte. Este clima favorecia a oposição, ou seja, a oligarquia Neiva-Pessoa-Lucena, liderada por Epiácio Pessoa, sedenta de poder no Estado desde a deposição de Venâncio Neiva, em 1892. Sobre este assunto Remendamos: TRIGUEIRO, O. *A Paraíba na Primeira República*. 2. ed. João Pessoa, A União, 1982. p. 23-37; LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro, Record, 1993. p. 240-270.

Freitas¹⁶⁰ no Recife para firmar o diagnóstico e determinar meios preventivos. Melhor dizendo, o contrato do médico pernambucano foi financiado pelos comerciantes do algodão, pois, em decorrência da calamidade, a vida comercial de Campina Grande mostrava claros sinais de paralisação.

A preocupação com a estagnação do comércio campinense concorreu para que outras medidas pudessem ser tomadas. Medidas essas necessárias, pois, em 7 de outubro, foram divulgados 21 (vinte e um) mortos pela doença. Até então, as ações empreendidas haviam sido as de reconhecer oficialmente se essas mortes teriam como causa a peste bubônica.

A população de Campina Grande, dando vazão ao pânico, vendo que as medidas tomadas seguiam em marcha lenta, começavam a abandonar a incredulidade principiante e já se retiravam da cidade. A Cidade da Borborema se viu na pele de Florença. Parecia que a cólera divina sobre ela tivesse abatido, *como se essa cólera fosse apenas um aviso para que ninguém permanecesse em determinada cidade por ter chegado a hora derradeira dessa mesma cidade.*¹⁶¹

João Machado, percebendo a gravidade da doença e os prejuízos econômicos que se evidenciavam, recorreu ao Rio de Janeiro, solicitando recursos médicos para auxiliar no combate à peste. A *Comissão Federal* chefiada pelo Dr. Garfield de Almeida, médico do Hospital São Sebastião e Secretário Geral de Saúde Pública no Rio de Janeiro, chegou ao nosso estado, já no governo de Castro Pinto, em 25 de outubro, ou seja, praticamente dois meses após terem seguido para Campina Grande os primeiros médicos da *Directoria de Hygiene.*¹⁶²

¹⁶⁰ Dr. Octávio de Freitas, na época, era reconhecido como demografista e bacteriologista. Em 1902 se destacou pelo estudo bacteriológico da peste bubônica em Recife. Sobre este assunto, recomendamos: FREITAS, O. *Os médicos e a nossa medicina*, Recife, 1904. Importante se faz ler o capítulo: A peste bubônica e a pesquisa do seu bacilo.

¹⁶¹ BOCCACCIO, G. *Decamerão*. São Paulo, Abril, p. 14. 1979.

¹⁶² Conforme o *Jornal A União*, de 26 de outubro de 1912, essa comissão era chefiada pelo Dr. Garfield de Almeida que, ao chegar em Recife, teve ordens do Governo Federal para seguir a Natal, a fim de verificar casos suspeitos de peste bubônica que ali surgiam. Logo em seguida, deveria dirigir-se a Campina Grande. A equipe chefiada pelo Dr. Garfield, era composta pelos drs. Moraes de Mello, encarregado do serviço de bacteriologia, Alvaro Zamith encarregado da desinfecção e isolamento, o acadêmico Clovis de Aquino, escriturário Paulo Campos, além de 4 (quatro) desinfetadores e 3 (três) enfermeiros. Veja: A comissão sanitária. *A União*, Parahyba, n. 201, p., 26 out. 1912. A respeito da chegada da Comissão Federal, recomendamos também: A peste bubônica. *O Norte*, Parahyba, n. 1272, p. 1, 24 out. 1912.

Uma vez em Campina Grande, a comissão, auxiliada pela força policial, tomou as seguintes medidas:¹⁶³ a criação de um hospital de isolamento, inaugurado com o nome de Epitácio Pessoa; o isolamento hospitalar dos doentes de peste bubônica; a obrigatoriedade do atestado de óbito (que só poderia ser emitido pelos médicos da comissão); serviços de desinfecção, expurgo, vacinação preventiva e de cura; o acondicionamento de todo o algodão nos armazéns da *Great Western* e a desinfecção diária dos comboios que se dirigiam à capital e à cidade do Recife.

Ao final dos dez primeiros dias do mês de novembro, a peste bubônica foi considerada extinta em Campina Grande. Cessada estava, pois, a possibilidade de sua extensão à capital. Porém, naquele mesmo ano, nenhuma das duas cidades paraibanas estavam livres da varíola, que já tinha começado a fazer suas primeiras vítimas, poucos dias antes de ser divulgada a extinção da peste.¹⁶⁴

Na cidade da Parahyba, nenhum caso de peste bubônica foi registrado no Livro de Assentamento de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1912. Nem tampouco os boletins¹⁶⁵ divulgados pelo *Serviço de Estatística Demographo-sanitaria da Directoria de Hygiene*, registraram mortes pela moléstia. Sabe-se, porém, que a peste bubônica ameaçou voltar em 1915, quando o estado tentava sobreviver a mais uma canícula.¹⁶⁶

Porém, a não comprovação oficial de casos de peste bubônica na capital não significa que algum caso não tenha acontecido. Da mesma forma, sua possível inexistência não fala em favor da eficiência do *Serviço de Hygiene Pública* que, conforme procuramos demonstrar, ainda se encontrava em fase embrionária.

¹⁶³ Sobre as medidas tomadas pela Comissão Federal em Campina Grande, consultar: A peste bubônica. *O Norte*, Parahyba, n. 1285, p.1, 10 nov. 1912.

¹⁶⁴ Sobre a extinção da peste bubônica em Campina Grande, consultar: Campina Grande, 11. *A Imprensa*, Parahyba, n. 26, s.p., 11 nov. 1912.

¹⁶⁵ Ver os boletins divulgados pela *A União*, referentes aos meses de agosto e outubro de 1912. Estatística demographo sanitaria. Boletim do mez de agosto. *O Norte*. Parahyba, n.1277, p. 2, 30 out. 1912.; Directoria de Hygiene. Estatística demographo sanitaria. *O Norte*. Parahyba, n.1313, p. 1, 12 dez. 1912.

¹⁶⁶ Pelas informações de que dispomos, não dá para assegurar se houve ou não manifestações da bubônica em 1915. Também não dá para descartar que tenha havido. No mês de abril de 1915, o *Diário do Estado*, órgão walfredista, ferrenho contra os epitacistas, tinham no reaparecimento (possível) da peste, uma arma de combate político contra o chefe político local e epitacista, Christiano Lauritzen. Conferir: Peste Bubonica? *Diário do Estado*, Parahyba, n. 74, p. 1, 15 abr. 1915; Peste bubonica em Campina Grande. *Diário do Estado*, Parahyba, n. 77, p. 1, 18 abr. 1915; Peste bubonica. *Diário do Estado*, Parahyba, n. 77, p. 1, 27 abr. 1915.

O medo da peste bubônica que aterrorizava Campina Grande e ameaçava invadir a Capital fez com que a Assembléia Legislativa, através da Lei n. 578, de 26 de outubro de 1912, autorizasse o Presidente do estado a construir um hospital de isolamento e adquirir um forno de incineração.¹⁶⁷

Pelo visto, considerando que a epidemia de peste bubônica foi a primeira razia surgida após a organização do Serviço de Higiene no estado, percebemos o quanto este era incipiente, centralizado na cidade da Parahyba e dependente da capital da federação. Diante de tais constatações, talvez sejam válidas as palavras do Diretor de Higiene ao dizer que a peste bubônica na capital corresponderia a *uma invasão mais bárbara talvez que a dos cangaceiros!*¹⁶⁸

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BUBÔNICA em Campina Grande. Tellegrammas. **A Imprensa**, Parahyba, s.n., p.1, 14 out. 1912.
- BOCCACCIO, G. **Decamerão**. São Paulo: Abril, p. 14. 1979.
- DIRECTORIA de Hygiene. Estatística demographo sanitaria. **O Norte**. Parahyba, n.1313, p. 1, 12 dez. 1912.
- ESTATÍSTICA demographo sanitaria. Boletim do mez de agosto. **O Norte**. Parahyba, n.1277, p. 2, 30 out. 1912.
- FREITAS, O. **Os médicos e a nossa medicina**, Recife, 1904.
- LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- NOTAS e notícias. Sobre a peste bubonica em Campina Grande. **A Imprensa**, Parahyba, n.4, p. 2, 26 ago. 1912.
- PARAHYBA DO NORTE. **Decreto nº 494 de 8 de junho de 1911**. Organiza a repartição de Hygiene Pública do Estado. Actos dos poderes Legislativo e Executivo. Colleção de Leis e Decretos de 1911. Estado da Parahyba. Parahyba, Imprensa Official, 1918.
- PESTE bubonica em Campina Grande. **Diario do Estado**, Parahyba, n. 77, p. 1, 27 abr. 1915.
- TRIGUEIRO, O. **A Paraíba na Primeira República**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1982

¹⁶⁷ Lei n. 578 de 26 de outubro de 1912. **A União**. Parahyba, 30 out. 1912. p. 1

¹⁶⁸ A capital era o único local em que não se via a presença de cangaceiros, embora sofresse ameaça de invasão. O cangaço na Parahyba atingiu o seu apogeu dos anos de 1900 a 1930, sendo Antônio Silvino uma figura lendária, e que dizia mandar por todo o interior, menos na Capital. Da obra de Linda Lewin, destacamos um refrão que confere a Antônio Silvino a sua governança no interior: *Mandei-lhe dizer: Doutor, / Cuide lá do que for seu./ A capital lhe pertence./ Porém o estado é meu*. Cf. LEWIN, L., Op. cit., p. 257, 1993.

UMA CALAMIDADE Imminente. A bubônica em Campina Grande. A entrevista o os tellegrammas d'A *Imprensa*. **A Imprensa**, Parahyba, n. 15, p.2, 3 out. 1912.

VASCONCELOS, T. Directoria Geral de Hygiene. Precauções contra a peste bubônica. **A União**, Parahyba, n.188, s.p., 8 out.1912.

A PESTE Bubônica. **O Norte**, Parahyba, n. 1272 p. 1, 10 Out. 1908.

A PESTE bubonica. **O Norte**, Parahyba, n. 1272, p. 1, 24 out. 1912.

A PESTE bubonica. **O Norte**, Parahyba, n. 1285, p.1, 10 nov. 1912.

A PESTE bubonica. **O Norte**, Parahyba, n. 1285, p.1, 10 nov. 1912.

CAMPINA Grande, 11. **A Imprensa**, Parahyba, n. 26, s.p., 11 nov. 1912.

PESTE bubonica? **Diario do Estado**, Parahyba, n. 74, p. 1, 15 abr. 1915.

CAMPINA Grande. **Diario do Estado**, Parahyba, n. 77, p. 1, 18 abr. 1915.

COM A REPARTIÇÃO de Hygiene. **A Imprensa**, Parahyba, s.n., p. 2, 21 nov. 1912.